

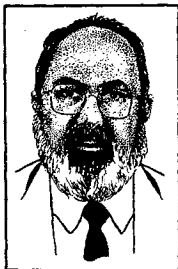
# Aprender a aprender

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

O Congresso Nacional discute a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as quais já foram definidas com razoável precisão na Constituição de 1988. Aguardamos, ansiosos, o fim dos trabalhos parlamentares, mas esperamos, principalmente, que desta vez a legislação consiga ultrapassar os estreitos limites da letra da lei. Também na área da educação, ou especialmente nela, o Brasil real segue muito defasado em relação ao Brasil legal. Fiquemos num único dado: todo brasileiro deveria passar por oito anos de escola obrigatória no ensino fundamental, mas a média, na verdade, não chega a três.

Esse é o grande desafio que se coloca para o Brasil nesta última década do século: transformar em conquista, de fato, o direito à educação que a Constituição estabelece para todos os brasileiros. Com considerável atraso, estamos chegando ao consenso de que só com a elevação do nível do nosso ensino fundamental conseguiremos tirar o País da dependência em que se encontra, econômica e tecnologicamente.

Fora de pequenos círculos mais envolvidos com o problema, entretanto, existe uma certa dificuldade de encarar a questão da educação de



um ponto de vista que consideramos central e prioritário. Para além de considerações e constatações mais visíveis e pragmáticas acerca do déficit de salas de aulas, da pobreza que coloca milhões de brasileiros à margem até da escola pública e do círculo vicioso baixa remuneração/professores despreparados/ensino deficiente, há que se discutir o tipo de formação que estamos oferecendo aos nossos cidadãos.

A despeito de todas as dificuldades com que operam, as redes públicas de ensino ainda são as principais responsáveis pela elevação dos índices de escolaridade do conjunto da população. Consequentemente, é dentro dela que se verificam os principais índices negativos, ligados à reprovação e à desistência precoce. É imperativo melhorar a escola pública.

Escola de boa qualidade é aquela a que todos têm acesso, ali permanecem e aprendem a ler e escrever, além de incorporar os demais conhecimentos produzidos pelo homem. São instrumentos para a melhoria de vida de cada cidadão e de toda a coletividade. Não há sociedade industrial moderna onde o ensino fundamental seja tão seletivo e excludente como o nosso. É urgente a necessidade de reorganização da escola, do desenvolvimento de uma alfabetização de melhor qualidade, formação e atualização de professores e especialistas em educação para atuar nos três níveis, valorização dos professores e melhoria das condições de trabalho.

Mais importante do que tudo isso, porém, é

transformar o modelo de ensino vigente no País. Hoje, a metodologia empregada na maioria de nossas escolas, mesmo que amparada por roupas e equipamentos modernos, é voltada para a dependência do aluno em relação ao professor, ao livro, ao sistema. Dependência de quem detém a informação, professores, pais, chefes e outras autoridades. Formam-se, assim, cidadãos — e, no conjunto, uma sociedade —, mal preparados para reproduzir o saber vigente. Não espanta, assim, o estado de dependência em que se encontra o País em praticamente todos os campos e, especificamente, nas áreas da economia e do desenvolvimento científico-tecnológico.

Contra essa escola concentrada no ensino — o professor dá a informação e cobra a resposta de acordo com o figurino —, estamos propondo uma nova escola, centrada na aprendizagem. Contra o ensino que se satisfaz em cumprir um currículo — as matérias foram dadas, se o aluno não aprendeu é porque é mal nutrido, não presta atenção às aulas, é pouco inteligente —, defendemos metodologias comprometidas com os resultados, em que o aluno seja preparado para enfrentar situações e desafios esperados e não esperados.

Aprender a aprender. Esse é o benefício fundamental que as pessoas devem extrair do tempo passado na escola.

■ **Francisco Aparecido Cordão, professor, é assessor técnico de Educação do Senac-SP e membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo**